

2
Referencial
P1.

HISTÓRICO SUCINTO DO INEP

(1937/1976)

O Ministério da Educação, criado logo após a revolução nacional de 1930, teve estrutura muito singela nos primeiros tempos. Quando, em 1936, o Ministro Gustavo Capanema cuidou de reorganizá-la, aceitou a idéia de um de seus colaboradores no sentido de que se estabelecesse, de par com o Departamento Nacional de Educação e o Conselho Nacional de Educação, um órgão novo, com o título de Instituto Nacional de Pedagogia. O Departamento seria órgão executivo por excelência; o Conselho, órgão consultivo, para assessoramento geral; e o Instituto, fonte primária de documentação e investigação, com atividades de intercâmbio geral e assistência técnica. A perspectiva geral dos trabalhos de cada um desses órgãos, como seus respectivos títulos indicavam, seria sempre nacional.

O projeto Capanema converteu-se na lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, diploma esse que na legislação federal se destaca por haver sido o primeiro a consagrar princípios e normas de "organização racional" dos serviços públicos. Num dos seus artigos, era criado o Instituto Nacional de Pedagogia para o fim de "realizar pesquisas sobre os problemas do ensino nos seus diferentes aspectos".

Na exposição de motivos, redigida por Gustavo Capanema, mais se explicava o programa: "Não possui, ainda, o nosso país um aparelho central destinado a inquirir, estudos, pesquisas e demonstrações, sobre os problemas do ensino, nos seus diferentes aspectos. É evidente a falta de um órgão dessa natureza, destinado a realizar trabalhos originais nos vários setores do problema educacional, e ao mesmo tempo, a recolher, sistematizar e divulgar os trabalhos realizados pelas instituições pedagógicas, públicas e particulares. Além disso, incumbir-se-á de promover o mais intenso intercâmbio no terreno das investigações relativas à educação, com as demais nações em que este problema esteja sendo objeto de particular cuidado de parte dos poderes públicos ou das entidades privadas".

Devido aos múltiplos encargos que a reestruturação prevista na lei cometia ao Ministro, não foi logo instalado o Instituto Nacional de Pedagogia. Em 30 de julho de 1938, expediu-se, porém, o decreto-lei nº 580, que lhe alterou a denominação para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos,

definindo também, de modo mais amplo, a competência e a estrutura do novo órgão.

Seu programa era deste modo resumido: "o Instituto funcionará como o centro de estudos de todas as questões educacionais relacionadas com os trabalhos do Ministério" - explicação que se tornava necessária por atender, então, a mesma pasta às questões de Saúde pública.

Subordinado diretamente ao Ministro da Educação e Saúde o INEP abrangia em 1938, além do Serviço de Expediente, quatro seções técnicas, um Serviço de Biometria Médica, uma Biblioteca Pedagógica e um Museu Pedagógico. As quatro seções técnicas eram:

- a) seção de documentação e intercâmbio;
- b) seção de inquéritos e pesquisas;
- c) seção de psicologia aplicada;
- d) seção de orientação e seleção profissional.

Mais do que um simples órgão "destinado a realizar pesquisas sobre os problemas de ensino", como estabelecia a Lei nº 378, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos se constituía num "centro de estudos de todas as questões educacionais relacionadas com os trabalhos do Ministério da Educação e Saúde".

De acordo com o Decreto-lei nº 580, de 30-7-38, ao INEP competiam atividades das seguintes categorias:

- I. DOCUMENTAÇÃO, histórica e ocorrente, de instituições educativas e das doutrinas e técnicas pedagógicas;
- II. INTERCÂMBIO com instituições educacionais do país e do estrangeiro;
- III. PESQUISA sobre todos os problemas atinentes à organização do ensino, métodos e processos pedagógicos;
- IV. INVESTIGAÇÕES no terreno da psicologia aplicada à educação e, particularmente, sobre orientação e seleção profissional;
- V. ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO TÉCNICA aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, mediante consulta ou independentemente dela;
- VI. DIVULGAÇÃO, por todas as formas, de conhecer os relativos à teoria e à prática pedagógica;
- VII. COOPERAÇÃO ESPECIAL com o DASP, em estudos ou quaisquer outras providências executivas, com respeito às atividades de seleção, especialização e readaptação dos servidores públicos da União;

VIII. COORDENAÇÃO GERAL de estudos, projetos e planos referentes às atividades educacionais do Ministério da Educação e Saúde.

A partir de 1940, a difícil etapa de organização inicial e de caracterização geral dos serviços estava vencida. Contava já o Instituto com abundante material de documentação, a maior parte da qual disposta em repertórios e prontuários de fácil consulta. O exame desse material levava ao conhecimento das principais realizações e tendências da educação do país, e permitia também definir alguns dos grandes problemas, sobre os quais se faziam necessárias maiores indagações.

Quanto à administração dos serviços de educação, e da organização do ensino primário e normal nos Estados, vinha esse material oferecer recursos para a elaboração de vinte e dois estudos, que foram publicados em igual número de volumes, parte já nesse ano e, parte, nos anos seguintes⁽¹⁾.

No setor de documentação histórica, graças à desinteressada colaboração do Dr. Primitivo Moacyr, ficaram ordenados os originais da obra "A Instrução e a República", em sete volumes, os quais contêm material, por esse pesquisador recopilado, com referência ao período de 1889 a 1930.

Com relação ao movimento geral do ensino, publicaram-se também vários estudos de análise estatística, um dos quais especialmente dedicado à situação do ensino primário⁽²⁾.

Promoveu-se também a coleta sistemática da documentação ocorrente, já com referência aos "atos" ou decisões governamentais, nas três esferas do poder público, o federal, o estadual e o municipal, como ainda quanto aos "fatos" de maior importância na vida educacional de todo o país. Por essa forma, passava o Instituto a refletir o movimento da educação brasileira, mês a mês, dele dando divulgação aos órgãos da administração escolar por um "Boletim Mensal".

A simples classificação e tabulação desse material produzia, ao cabo de cada ano, inquéritos de especial significação para o estudo das realidades educacionais brasileiras, e para a observação da marcha das instituições de ensino e da cultura em cada unidade federada, como aliás o comprovam as publicações a que têm dado matéria.

(1) A administração dos serviços de educação, boletim nº 12; Organização do ensino primário e normal, boletins nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 28, correspondentes aos vinte Estados do país.

(2) Situação geral do ensino primário, boletim nº 13; O ensino no quinquênio 1936-1940, boletim nº 25.

Por igual, o estudo de recortes de jornais e revistas, sobre assuntos educacionais, e de que, em média, se tem manipulado trinta mil peças por ano, permitiu seguir muito de perto a evolução do "pensamento pedagógico" do país. Essa evolução, nos últimos cento e vinte anos, foi estudada, também, com o levantamento da bibliografia pedagógica brasileira, desde 1808. Tal estudo tem sido continuado, ano por ano, e publicado com a devida oportunidade (1).

Inquéritos sobre vários aspectos da administração dos serviços da educação, em geral, e da organização do ensino público, puderam ser realizados, cada ano, ou a mais largos períodos. Entre os primeiros, figuram os relativos às despesas da educação, pelos Estados, o Distrito Federal e os municípios; no segundo, os referentes à remuneração do professorado, à construção de edifícios escolares, e outros aspectos da organização escolar.

Investigações de mais largo alcance e, por isso mesmo, também mais trabalhosas, puderam ser então iniciadas. Uma delas, de excepcional importância por suas imediatas aplicações pedagógicas, compreendeu três pesquisas conexas: a da linguagem do pré-escolar, realizada com a colaboração da Professora Heloisa Marinho; a da linguagem do escolar, procedida em duas mil escolas de todo o país, com a cooperação dos departamentos de educação estaduais; e, enfim, a do vocabulário da leitura comum do adulto, resultante da tabulação da frequência de cerca de meio milhão de palavras, em amostras de livros literários, de divulgação técnica, e do texto de revistas e jornais (2).

Outra pesquisa de especial interesse, quer do ponto de vista pedagógico, quer do ponto de vista social, foi a referente a revistas e jornais infantis e juvenis, editados no Rio de Janeiro, e que teve larga repercussão, quando publicada (3).

Foi concluído o levantamento das "oportunidades da educação" na capital do país, de que se publicou um volume destinado a servir de guia de orientação para pais, professores e estudantes.

Vários estudos se fizeram sobre o "custo do ensino", quer nas escolas públicas, quer nas particulares, sendo um deles em cooperação com a Comissão Interministerial que estudou os critérios para a fixação da condigna remuneração do professor nos estabelecimentos particulares de ensino.

(1) V. "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", vols. I e II.

(2) V. "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", n. 10.

(3) Idem, nºs 5, 6, 7 e 8.

Desenvolveram-se de muito as atividades de cooperação com os órgãos de administração do ensino nos Estados e Territórios. Além das consultas de caráter técnico, passaram essas unidades a enviar professores, diretores e inspetores de ensino primário, para cursos e estágios nos serviços do Instituto. Por outro lado, seus técnicos têm sido chamados a diferentes Estados para cursos de organização e administração escolar. Cooperação desse tipo passou a ser solicitada também por entidades para-estatais e particulares, por órgãos de atividades do ensino, em outros ministérios, e ainda por ministérios de educação de países vizinhos.

Esse resultado deveu-se, em grande parte, à série de publicações do INEP, em volumes impressos, ou cadernos mimeografados, e que, em dezembro de 1944, já atingia a uma centena.

Maior divulgação dos trabalhos de estudos e pesquisas foi alcançada a partir de julho desse mesmo ano, com o início da publicação de uma revista mensal, sob o título de REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS.

Em 1952, tiveram início os estudos sobre a viabilidade de criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, instituição que efetivamente veio a ser criada, três anos depois, a 28 de dezembro de 1955.

Com o nome provisório de "Centro de Altos Estudos Educacionais" foi a idéia da futura instituição ganhando corpo através do trabalho conjunto de cientistas brasileiros e de uma equipe técnica enviada pela UNESCO.

Um dos técnicos enviados pela UNESCO, o Dr. Oto Klineberg, sugeriu a mudança de nome do Centro de Altos Estudos Educacionais para Centro de Pesquisas Educacionais. Ressaltando em seu documento sobre fins e objetivos, atividades específicas e organização do Centro, a importância do trabalho aprofundado de pesquisa e sua divulgação, apontava como principais consequências desse trabalho as seguintes:

- 1) Conhecimento mais profundo da vida e da cultura do Brasil; de fato, provavelmente, melhor conhecimento da cultura do Brasil que de qualquer outro país.
- 2) Maior contato entre os estudiosos brasileiros e os educadores e especialistas em ciências sociais de outros países.
- 3) Melhoria dos métodos de pesquisa e preparação dos educadores e especialistas brasileiros em ciências sociais.
- 4) Comunicação aos professores de todo o país de melhor conhecimento da cultura do Brasil em geral, assim como de regiões específicas.
- 5) Desenvolvimento em novas direções da aplicação das ciências sociais aos problemas educacionais.

6) O estabelecimento de um padrão para a melhoria de um sistema educacional, que pode ter aplicação em muitos outros países além do Brasil, e a criação de um modelo que poderá ser seguido, sempre que seja sentida a necessidade de efetuar contato mais íntimo e proveitoso entre a educação e as ciências sociais".

Criados o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e os demais Centros Regionais, as suas atividades se desenvolveram com as seguintes diretrizes:

"a) A análise do processo de desenvolvimento que vem afetando a sociedade brasileira como um todo, embora com intensidade variável nas diferentes regiões do país, impõe-se como tarefa básica, que representará verdadeira tomada de consciência dos problemas emergentes desse processo.

b) Concebida a escola como fator de progresso ou de reajustamento, ou de influência que deve ser canalizada no sentido traçado pelo desenvolvimento do sistema social em causa, as diretrizes de uma política educacional exigem fundamentação, para a qual os estudiosos de educação e de ciências sociais podem e devem contribuir.

c) As relações entre a educação e a sociedade devem ser consideradas nos seus aspectos dinâmicos e, portanto, o objeto da análise é o próprio processo em desenvolvimento dentro de situações concretas globais e, não, os seus produtos formais ou os elementos decorrentes.

d) A reestruturação do ensino brasileiro, para que a escola possa servir a todos como agência de transmissão do patrimônio cultural e da sua própria harmonização, deve constituir o alvo principal das atividades do Centro, encarando-se a educação como um dos fatores que devem ser utilizados, até onde for possível, no processo de aceleração, correção ou equilíbrio do desenvolvimento da sociedade brasileira.

e) A pesquisa em ciências sociais, realizada dentro do Centro, deve subordinar-se, em princípio, aos interesses e objetivos da ação educacional.

f) A pesquisa em ciências sociais deve ser explorada amplamente, para que seja possível obter conhecimentos positivos sobre as condições de existência na sociedade brasileira e sobre o modo de integração e de funcionamento do sistema escolar dentro dela.

g) A pesquisa educacional deve ser explorada de maneira que permita o aproveitamento regular dos resultados da pesquisa em ciências sociais, sempre tendo em vista as possibilidades de ajustar o sistema educacional às condições de existência e às exigências de desenvolvimento econômico, social e cultural das diversas regiões do país.

h) Os resultados da pesquisa em ciências sociais e da pesquisa educacional servirão para elaborar os fundamentos da política educacional, ou de orientação para reformas específicas, ou programas restritos de alteração do sistema educacional.

1) O estudo da organização da escola, nos diversos níveis, se fará tendo em vista ajustá-la às descobertas da investigação científica e às necessidades do meio social ambiente".

Dentro das funções atribuídas ao INEP, foi também marcante o trabalho pioneiro e multiplicador por ele realizado após a criação de seus Centros de Pesquisas.

Em decorrência das características do presente documento, não cabe aqui mencionar toda a extensíssima lista de realizações deste Instituto, podendo-se, no entanto, ressaltar certas atividades, dentro de algumas de suas áreas de atuação.

Assistência técnica e/ou financeira à administração educacional

- Assessoria técnica às comissões do MEC para elaboração do Anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Participação no Grupo de Trabalho que elaborou o Anteprojeto da Lei nº 5.692/71.
- Participação no Grupo de Trabalho que elaborou a primeira versão da Reforma Administrativa do MEC.
- Assessoria às Secretarias de Educação com vistas à reformulação do ensino primário e normal.
- Realização de Colóquios Estaduais para Organização dos Sistemas de Ensino.
- Elaboração dos planos nacionais de ensino primário, médio e superior.
- Montagem do Projeto Propositário nº 35 - "Educação Especial" do PSEC.

Documentação, Informação e Intercâmbio Educacional

- Promoção de Conferências Nacionais de Educação.
- Elaboração de documentos para Conferências Internacionais de Educação.
- Preparação de informes sobre educação e cultura brasileira por solicitação da UNESCO e da OEA.
- Aquisição e distribuição de obras de cultura geral e educacional para bibliotecas escolares.

- Implantação de um sub-sistema de documentação e informação educacionais.
- Desenvolvimento de atividades editoriais;
 - . Edição de periódicos: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Educação e Ciências Sociais, Bibliografia Brasileira de Educação.
 - . Edição de guias de ensino, monografias sobre temas brasileiros, relatórios de pesquisas, textos referentes a recursos audiovisuais.

Investigação educacional

- Pesquisas educacionais e de sociologia aplicada à educação (v. relação anexa do período 1972/1976).
- Experimentação psicopedagógica em escolas de 1º grau integrantes dos Centros Regionais (Recife, Belo Horizonte) ou a eles vinculadas (Salvador - Escola-Parque; Rio de Janeiro - Escola Guatemala).

Recursos humanos

- Treinamento de professores, diretores, orientadores e supervisores, no país e no estrangeiro, em cursos realizados no INEP ou pelo mesmo promovidos com a participação de outras entidades.
- Criação de Centros de Treinamento para professores leigos.
- Formação de especialistas e pesquisadores em educação.

Estatísticas educacionais

- Realização do Censo Escolar de 1964.
- Assistência Técnica ao SIEEC para organização das estatísticas educacionais.

Tecnologias educacionais

- Treinamento de pessoal para a utilização de recursos audiovisuais.
- Participação nos estudos realizados pelo CONTEL para a alocação de canais de TVE.
- Produção de séries de filmes, telefilmes e diafilmes.
- Participação na elaboração do material do Curso Supletivo de 1º Grau - Fase II - do Projeto Minas.

Economia da educação

- Estudos de custos, financiamento e despesas educacionais.
- Criação e implantação do Salário-Educação.

Construções escolares

- Elaboração de protótipos.
- Construção, reforma e equipamento de prédios escolares em todo o território nacional.
- Participação nos trabalhos do Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares.

Em 1970, pelo Decreto nº 66.967, foi assegurada autonomia administrativa e financeira ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Em 1972 foi o Instituto reestruturado em decorrência da implantação da Reforma Administrativa; com nova estrutura básica e novas finalidades passou o órgão por profundas modificações.

Em 1975, com o nome mudado para Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (e conservando a sigla conhecida internacionalmente - INEP) passou o órgão a funcionar apenas com o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, tendo os seus Centros Regionais sido extintos ou passado a funcionar integrados a outros órgãos como Universidades, Departamentos de Ensino etc.

A estrutura básica do Instituto, que em 1972 compreendia, além do Gabinete, uma Assessoria Técnica, uma Divisão de Atividades Auxiliares, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e mais cinco Centros Regionais, passou em 1975 a compor-se de Gabinete, Coordenação Técnica, Divisão de Pessoal, Divisão de Atividades Auxiliares e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

O INEP é atualmente um órgão central de direção superior, gozando de autonomia administrativa e financeira, que tem por finalidade exercer todas as atividades necessárias ao estímulo, coordenação, realização e difusão da pesquisa educacional no país. Deve o órgão, segundo o Regimento aprovado a 23 de abril de 1975, especificamente:

I - estabelecer em articulação com órgãos interessados, um programa de estudos, pesquisas e experimentação educacionais, capaz de proporcionar subsídios para a consecução, em âmbito nacional e na forma a mais completa possível, dos objetivos da política educacional em vigor, ou para a reformulação dessa política;

II - participar da execução do programa mencionado no item precedente, realizando ou prestando apoio técnico e/ou financeiro para a realização de estudos, pesquisas e experimentação nele contidos;

III - fazer o acompanhamento e a avaliação dos projetos que se desenvolvam com sua participação;

IV - coordenar, mediante consultas e entendimentos, os demais estudos, pesquisas e experimentação educacionais que se realizem no País;

V - realizar estudos, pesquisas e experimentação, visando a soluções inovadoras para o aperfeiçoamento da educação nacional;

VI - operar e manter um subsistema de documentação e informações educacionais que esclareça órgãos e especialistas sobre a realização de estudos, pesquisas e experimentação na área da educação, que alicerce e facilite tais trabalhos, e que fundamente e harmonize decisões a serem adotadas;

VII - difundir os trabalhos realizados sob sua responsabilidade e trabalhos de outras fontes, que contribuam para o aprimoramento da educação nacional;

VIII - prestar assistência técnica a órgãos da administração pública federais, estaduais e municipais e a entidades particulares para a realização de estudos, pesquisas e experimentação educacionais, bem como para a implantação das soluções indicadas pelos trabalhos a seu cargo;

IX - colaborar na formação e promover o treinamento, o aperfeiçoamento e a atualização de recursos humanos nos campos da pesquisa e da documentação e informação educacionais.

Já dentro do novo espírito, em 1972, o INEP centralizou suas atividades em dois programas: um, de estudos, levantamentos e pesquisas sobre a educação nacional e outro relativo ao estabelecimento de um subsistema de documentação e informação educacional.

No âmbito da documentação tiveram início sete subprojetos:

- 1 - Armazenamento e Recuperação da Informação;
- 2 - Cadastros de instituições de pesquisa, de pesquisas em curso e de pesquisadores;
- 3 - Fichário conceitual para o estabelecimento do Thesaurus Brasileiro de Educação;
- 4 - Reestruturação da Divisão de Documentação e Informação Pedagógica;
- 5 - Perfil do Usuário, visando estabelecer um Sistema de Disseminação Seletiva da Informação, ou seja, compatibilizar o interesse do usuário com o tipo de informação que deve receber;
- 6 - Reestruturação da Biblioteca;

7 - Reprografia: Laboratório de microfilmagem.

Esses subprojetos atendem às metas fixadas no Projeto Prioritário "Desenvolvimento do Subsistema de Informações Documentárias e Bibliográficas" do Plano Setorial de Educação e Cultura 1975/1979.

Na área da pesquisa realizou-se, no período de 4 a 7 de abril de 1972, um encontro entre administradores da educação do MEC, Secretarias de Educação e pesquisadores pertencentes aos quadros de entidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Desse encontro resultou uma relação de 115 temas de pesquisas e áreas de estudo, considerados de grande relevância. A relação de temas foi enviada a Universidades, Faculdades Isoladas, Secretarias de Educação, entidades públicas e particulares de educação para que escolhessem os temas de maior interesse no momento e que seriam, portanto, considerados prioritários para fins de pesquisa.

Com base nos temas selecionados, iniciou o INEP, em 1972, o programa de "Estímulo a Estudos e Pesquisas Educacionais", integrante do atual Plano Setorial de Educação e Cultura (Projeto Prioritário nº 21).

O objetivo geral desse projeto é coordenar, promover e estimular estudos, pesquisas e experimentação educacionais, visando subsidiar soluções para a problemática educacional brasileira e oferecer elementos para a evolução do conhecimento na área da educação.

O desenvolvimento do Projeto nº 21 no período de 1972/76, encontra-se detalhado nos Anexos I e II.

§ § §

CBFE, em 10/06/1976.

NCG/ENA/NP/mgc.